

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Leandra Galdino da Silva¹
Maria Jucélia Santana Teixeira²
Anna Beatriz das Neves Pires³
Geane Silva Oliveira⁴
Macerlane de Lira Silva⁵
Ocilma Barros de Quental⁶

RESUMO: **Introdução:** a violência doméstica contra a mulher é um problema de saúde pública com causas multifatoriais e graves consequências. Manifesta-se de formas diversas, física, psicológica, moral, sexual e patrimonial e está associada a fatores como desigualdade de gênero e padrões culturais machistas. Apesar do papel fundamental da Atenção Primária à Saúde e da enfermagem no acolhimento e cuidado, o sistema enfrenta limitações estruturais. **Metodologia:** o presente estudo tratou-se de uma revisão sistemática da literatura. Para a seleção dos artigos relevantes, foram realizadas buscas nas bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO, BDENF e LILACS. A busca foi restrita a estudos publicados entre 2020 e 2025 (últimos 5 anos), em português, buscando contribuir para a discussão e análise desta pesquisa. Diante disso, formulou-se a seguinte questão: quais são os desafios e limitações da assistência de enfermagem na Atenção Primária à Saúde para mulheres vítimas de violência doméstica, e como a implementação de protocolos e diretrizes pode melhorar esse atendimento? Foram incluídos artigos originais, estudos de revisão, estudos observacionais, pesquisas qualitativas, revisões sistemáticas, diretrizes e documentos sobre políticas públicas de saúde. Para garantir a relevância dos estudos, foram empregados os seguintes descritores, selecionados conforme o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): ‘Cuidados de Enfermagem’, ‘Violência de Gênero’, ‘Atenção Primária à Saúde’. As estratégias de busca foram formuladas em língua portuguesa e inglesa, utilizando o operador booleano ‘AND’ para combinar os descritores. Essas combinações foram aplicadas nos títulos e resumos dos artigos selecionados. A busca foi restrita a artigos de revisão, editoriais e textos de opinião, com o intuito de focar nas publicações mais relevantes e acadêmicas. Para a apresentação dos dados, foram elaboradas figuras e tabelas. **Resultados e discussão:** os principais desafios e limitações da assistência de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) para mulheres vítimas de violência doméstica envolvem o não reconhecimento da violência como problema de saúde, a medicalização e o tecnicismo que reduzem o sofrimento a patologias, a exclusão da dimensão sociocultural da violência, a carência de conhecimento e preparo dos profissionais, a escuta não qualificada, a ausência de protocolos e fluxos de trabalho, além de dificuldades como falta de tempo, medo, falhas no

2060

¹ Discente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, PB.

² Discente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, PB.

³ Discente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, PB.

⁴ Enfermeira formada pela UFPB, João Pessoa, PB. Docente do Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, PB.

⁵ Enfermeiro, mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS. Docente do Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, PB.

⁶ Doutora, Ciências da Saúde, Docente do Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, PB.

trabalho em equipe e baixa articulação intersetorial. A implementação de protocolos e diretrizes é destacada como fundamental para a identificação, o acolhimento sem julgamento e o encaminhamento adequado das vítimas, alinhando-se aos princípios do SUS e da APS. **Conclusão:** a assistência de enfermagem a mulheres vítimas de violência doméstica na APS é essencial, mas enfrenta limitações como a visão reducionista da saúde, falta de protocolos, escassez de tempo, insegurança, ausência de fluxos e articulação frágil com a rede intersetorial, o que compromete a resposta integral e eficaz aos casos.

Palavras-chave: Atenção Básica. Enfermagem. Mulher. Violência.

INTRODUÇÃO

A expressão Violência Doméstica Contra a Mulher (VDCM) é compreendida como sinônimo de violência familiar e, não raramente também reconhecida como violência de gênero (Sá, 2019). Historicamente, a violência doméstica contra a mulher é um problema persistente, refletindo uma cultura de controle e dominação que persiste até os dias atuais. O aumento dos casos nas últimas décadas reforça a urgência em investigar as causas desse fenômeno e buscar soluções eficazes. A violência contra a mulher manifesta-se de forma multifacetada, abrangendo dimensões físicas, psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais, cada uma demandando abordagens específicas para prevenção e combate (Veiga, 2019).

A violência física compreende qualquer ato que cause danos à integridade ou saúde corporal da mulher, como agressões e o uso de armas. A violência psicológica envolve ações que afetam a autoestima e o bem-estar emocional da vítima, como manipulação e controle. A violência sexual refere-se à coerção para atividades sexuais contra a vontade da mulher, enquanto a violência patrimonial envolve retenção ou destruição de bens e recursos econômicos. Já a violência moral abrange ações que denigrem a honra e dignidade da mulher, como calúnias e difamações. (Bueno *et al.*, 2022).

Segundo a OPAS (*s.a*) a violência doméstica está ligada a vários fatores que envolvem tanto quem pratica quanto quem sofre a violência, em níveis individual, familiar, comunitário e social. Alguns dos principais fatores de risco incluem baixos níveis de educação, histórico de maltrato na infância, vivência de violência familiar, uso excessivo de álcool, ter múltiplos parceiros e aceitar a violência como algo normal. No caso específico da violência por parte do parceiro, também são comuns antecedentes de violência, conflitos e insatisfação no relacionamento, além de dificuldades na comunicação entre o casal. Esses fatores estão ligados à desigualdade de gênero e à ideia de que a violência é uma forma aceitável de resolver

problemas, o que mostra a necessidade de ações integradas para prevenir e combater essa realidade.

Essas formas de violência são frequentemente alimentadas por padrões tradicionais de masculinidade e comportamentos machistas, perpetuados pela sociedade patriarcal, que normaliza diversas dessas agressões. As consequências para a saúde das vítimas são graves e afetam a saúde física e psicológica, destacando a necessidade de uma abordagem ampla e sensível por parte do sistema de saúde (ONU, 2020).

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988. Este artigo assegura que o Estado deve garantir a saúde por meio de políticas públicas, incluindo ações para prevenir e combater a violência contra a mulher. A violência de gênero, além de constituir uma questão de ordem individual, é um grave problema de saúde pública, com impactos profundos no bem-estar e qualidade de vida das mulheres. (Souza *et al.*, 2019).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024, p. 135), a violência contra a mulher, que cresceram em 2023, em comparação com o ano anterior. Foram 8.372 tentativas de homicídio de mulheres, o que significa um crescimento de 9,2%. Desse total, 33,4% foram tentativas de feminicídio, isto é, tentativas de matar uma mulher em função do gênero, o que faz com que as tentativas de feminicídio tenham crescido 7,1%. Também, as agressões em contexto de violência doméstica aumentaram: foram 258.941 vítimas mulheres, o que indica um crescimento de 9,8% em relação a 2022. O número de mulheres ameaçadas subiu 16,5%: foram 778.921 as mulheres que vivenciaram essa situação e registraram a ocorrência junto à polícia. O aumento dos registros de violência psicológica também foi grande, de 33,8%, totalizando 38.507 mulheres. O crime de stalking (perseguição) também subiu, com 77.083 mulheres passando por isso, um aumento de 34,5%.

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem um papel fundamental nos cuidados a mulheres vítimas de violência, com a enfermagem destacando-se no acolhimento, orientação e cuidados preventivos. É essencial que os profissionais estejam preparados para prestar atendimento integral e humanizado, considerando fatores de vulnerabilidade como raça, classe social e idade. (Francisco *et al.*, 2024).

A resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) à violência doméstica contra as mulheres é sustentada pelos princípios de universalidade, integralidade e equidade, que garantem a todas as vítimas o direito ao acesso pleno, integral e não discriminatório aos serviços de saúde. Além

disso, a diretriz de descentralização assegura que o atendimento esteja disponível em diferentes regiões e níveis de atenção, enquanto a participação social contribui para a criação de políticas públicas mais eficazes e baseadas nas necessidades reais da população. (Ministério da Saúde, 2022).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), e desempenha um papel essencial na prevenção e no atendimento de vítimas de violência doméstica oferecendo uma ampla gama de serviços específicos para mulheres vítimas de violência como consultas médicas, cuidados de enfermagem, atendimento multiprofissional, contracepção de emergência, apoio psicológico e ações de tratamento e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e HIV. Essa estrutura facilita o acesso ao suporte necessário de forma acessível e contínua, alcançando as comunidades e promovendo a inclusão social. Campanhas como "Agosto Lilás" complementam essas ações ao ampliar a conscientização sobre a violência contra a mulher e incentivar a busca por ajuda (Brasil, 2022).

Entretanto, o sistema de saúde, em especial a atenção primária, enfrenta limitações importantes para oferecer uma assistência adequada. A falta de estrutura, a capacitação insuficiente e a ausência de políticas de apoio contínuo prejudicam a capacidade dos profissionais de identificar, acolher e oferecer o atendimento necessário às vítimas. Diante desse contexto, é essencial analisar as falhas e desafios do sistema de saúde para aprimorar a assistência às mulheres vítimas de violência doméstica.

2063

O papel da enfermagem é particularmente importante, pois os profissionais de saúde são frequentemente os primeiros a ter contato com as mulheres em situação de violência. O atendimento humanizado é crucial para que as mulheres se sintam acolhidas e seguras ao buscar ajuda em situações de violência (Aguiar, 2023). Contudo, embora existam políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, que visam proteger as mulheres, a prática revela limitações significativas que comprometem a eficácia do atendimento. A formação e capacitação continuada dos profissionais de saúde mostram-se essenciais para um atendimento eficaz às mulheres vítimas de violência (Ferreira, 2019).

Segundo a OPAS (s.a) a violência doméstica é uma grave violação dos direitos humanos, manifestando-se de diversas formas, como violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. A violência cometida por parceiros íntimos e a violência sexual têm sérias consequências para a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das mulheres, resultando em

lesões, gestações indesejadas, infecções sexualmente transmissíveis e abortos. Além disso, aumenta o risco de complicações na gravidez, como aborto espontâneo e parto prematuro.

As vítimas também enfrentam altos índices de depressão, transtornos de ansiedade, abuso de substâncias e problemas de saúde física, como dores crônicas e distúrbios gastrointestinais. Esses tipos de violência geram efeitos profundos e duradouros na saúde física e mental das mulheres, bem como dos filhos que presenciam a violência no meio familiar, crescendo com problemas psicológicos significativos que perduram durante a vida. Além de causar ferimentos visíveis, podem resultar em transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade, afetando o bem-estar e a qualidade de vida das vítimas. Diante desse cenário, o sistema de saúde tem um papel crucial no acolhimento e atendimento dessas mulheres, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) o primeiro ponto de contato para muitas delas (OPAS, *s.a*).

No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a abordagem dessas situações deve seguir Diretrizes específicas para a assistência a mulheres vítimas de violência como o Acolhimento Humanizado e Sigiloso na qual deve-se criar um ambiente seguro e acolhedor, respeitando o sigilo das informações fornecidas pela vítima para evitar revitimização; a Linha de Cuidado Integral que estabelece protocolos que envolvam identificação, acolhimento, registro adequado, notificação obrigatória de casos e encaminhamento para suporte especializado (psicológico, jurídico e social). Bem como a Notificação Compulsória que deve notificar todos os casos de violência às autoridades competentes, conforme preconizado pela Portaria nº 1.271/2014 do Ministério da Saúde.

2064

Essas limitações levantam questões sobre a capacidade da APS em oferecer um atendimento eficaz para mulheres vítimas de violência doméstica. Quais são os principais obstáculos enfrentados por essas mulheres ao buscar ajuda na APS? Como a falta de preparo contínuo dos profissionais de saúde impacta o atendimento e a continuidade do cuidado? E, por fim, como o sistema de saúde pode ser aprimorado para garantir um atendimento integral, humanizado e eficaz para essas mulheres?

Portanto, é fundamental realizar uma análise das práticas de enfermagem e das estratégias utilizadas para acolher e atender essas mulheres. Essa análise deve identificar as falhas no sistema de saúde e sugerir melhorias para criar um modelo de assistência que atenda às reais necessidades das vítimas. Refletir sobre o papel da enfermagem neste contexto é crucial para garantir que as mulheres não apenas recebam ajuda, mas que o cuidado seja prestado de

forma a respeitar sua dignidade e promover sua autonomia, ajudando-as a superar a violência e reconstruir suas vidas.

A escolha do tema "Assistência de Enfermagem a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Análise das Limitações do Sistema de Saúde na Atenção Primária" é justificada pela gravidade da violência doméstica, que representa uma séria violação dos direitos humanos e gera consequências devastadoras para a saúde física e mental das mulheres. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), a violência contra a mulher é um problema de saúde pública global, impactando não apenas as vítimas, mas também suas famílias e comunidades. No Brasil, estudos do IBGE apontam que 1 em cada 3 mulheres já sofreu algum tipo de violência no ciclo da vida, o que coloca essa questão como uma das maiores urgências em saúde pública.

Esse panorama reforça a necessidade de investigar o papel da Enfermagem e a capacidade da Atenção Primária à Saúde (APS) em oferecer suporte adequado às mulheres em situação de violência. A pesquisa buscará identificar as limitações do sistema de saúde e propor melhorias para a formação e sensibilização dos profissionais, com ênfase no atendimento humanizado e integrado. "O sistema de saúde deve garantir que as mulheres recebam o suporte necessário, pois um sistema de saúde que acolhe e protege as mulheres é fundamental para combater a violência de gênero" (Alcantara et al., 2024).

2065

Pessoalmente, minha escolha por esse tema está diretamente ligada à minha experiência familiar. Fui testemunha da violência doméstica vivida por minha mãe, que, mesmo necessitando de apoio imediato, não obteve o cuidado adequado da enfermagem. Os serviços de saúde disponíveis eram insuficientes e de difícil acesso, o que resultou em um atendimento falho e na falta de acolhimento necessário. Essa vivência me levou a refletir profundamente sobre as deficiências do sistema de saúde, especialmente na APS, e me motivou a investigar como a enfermagem pode contribuir de maneira mais eficaz para a proteção das mulheres em situação de violência.

O aumento alarmante dos casos de violência doméstica no Brasil exige uma resposta mais eficaz da saúde pública, e a enfermagem tem um papel essencial neste processo. Esta pesquisa visa analisar como os profissionais de enfermagem podem melhorar a assistência às mulheres vítimas de violência e propor soluções para superar as limitações encontradas na APS. Espera-se que o estudo ofereça subsídios para o aprimoramento das práticas de cuidado e para a construção de estratégias que garantam o acesso universal e integral, de acordo com os

princípios do SUS, assegurando que todas as mulheres recebam o acolhimento adequado e necessário para a recuperação de sua saúde e dignidade.

Este estudo é de grande importância para a vida das mulheres que enfrentam violência doméstica, pois visa compreender de que maneira a assistência de enfermagem pode ser aprimorada para atender esse grupo vulnerável. A pesquisa proporciona uma análise das experiências e necessidades das mulheres, muitas vezes invisibilizadas ou desamparadas, e contribui para a melhoria do atendimento prestado a elas. Como afirmam Andrade e Bustamante (2024), “o atendimento humanizado é fundamental para que as mulheres se sintam acolhidas e seguras ao buscar ajuda em situações de violência”. Para os profissionais de saúde, entender esses desafios é essencial para oferecer um atendimento mais acolhedor, auxiliando as mulheres em suas jornadas de recuperação.

No contexto acadêmico, o estudo contribui para o debate sobre a violência de gênero e a assistência de enfermagem, áreas ainda em expansão na pesquisa. Ao analisar as práticas, desafios e limitações enfrentadas pelos profissionais de saúde, o trabalho busca preencher lacunas na literatura existente. Segundo Oliveira *et al.* (2024), “a formação e capacitação contínuas dos profissionais de saúde são essenciais para um atendimento eficaz às mulheres vítimas de violência”. Além disso, o estudo oferece dados relevantes para a formação de estudantes e profissionais de saúde, promovendo uma abordagem mais sensível e informada sobre a violência doméstica.

2066

Socialmente, a relevância do estudo é significativa, pois contribui para a conscientização sobre os impactos da violência na saúde pública. Ao destacar a necessidade de um sistema de saúde que ofereça suporte à proteção às mulheres, o trabalho fortalece a luta contra a violência de gênero. Nesse sentido, é crucial a promoção de políticas públicas eficazes e a capacitação de profissionais de saúde, garantindo o atendimento adequado. “Tornar a violência contra as mulheres visível e incluí-la nas políticas e planos nacionais de saúde dá o tom para o envolvimento neste importante tópico” (OPAS, *s.a*). Por meio da educação e sensibilização, o estudo busca estimular mudanças sociais que promovam a igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos.

O presente estudo destaca a importância de integrar os princípios e diretrizes mencionados às práticas de enfermagem e às políticas públicas de saúde. Ao promover um debate acadêmico e social sobre a violência de gênero e as estratégias para enfrentá-la, a

pesquisa contribui para a sensibilização dos profissionais de saúde e para a conscientização da sociedade sobre o tema.

Além disso, a abordagem das diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde) reforça a necessidade de fortalecer a Rede de Atenção Integral à Saúde e de garantir que os serviços sejam acessíveis, intersetoriais e baseados em justiça social. A análise proposta pelo estudo espera estimular a implementação de políticas que favoreçam a proteção e o bem-estar das mulheres, promovendo mudanças significativas no sistema de saúde e na sociedade.

Os protocolos de atendimento, como o fornecimento de contracepção de emergência, o tratamento de IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e a prescrição de benzodiazepínicos, são fundamentais para o suporte imediato às vítimas. Contudo, é necessário que esses protocolos incluam diretrizes específicas para a APS (Atenção Primária à Saúde), garantindo que o enfermeiro possa atuar em todas as etapas do cuidado, desde o acolhimento, ao acompanhamento da vítima até a orientação para buscar apoio nas redes de atendimento. As diretrizes devem abranger não apenas a intervenção em casos de violência, mas também estratégias de prevenção e empoderamento das mulheres.

Diante disso, formulou-se a seguinte questão: quais são os desafios e limitações da assistência de enfermagem na Atenção Primária à Saúde para mulheres vítimas de violência doméstica, e como a implementação de protocolos e diretrizes pode melhorar esse atendimento?

2067

METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de reunir e analisar o conhecimento científico relacionado à assistência de enfermagem a mulheres que sofreram violência doméstica e os desafios assistenciais do sistema de saúde na Atenção Primária. A revisão visou reunir, analisar e sintetizar as evidências relevantes para auxiliar na tomada de decisões e também identificar lacunas que necessitaram de investigação em estudos futuros.

Para a seleção dos artigos relevantes, foram realizadas buscas nas bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO, BDENF e LILACS. A busca foi restrita a estudos publicados entre 2020 e 2025 (últimos 5 anos), em português, buscando contribuir para a discussão e análise desta pesquisa, abordando a assistência de enfermagem a mulheres vítimas de violência doméstica e as limitações da Atenção Primária na assistência a essas mulheres no Brasil.

Foram incluídos artigos originais, estudos de revisão, estudos observacionais, pesquisas qualitativas, revisões sistemáticas, diretrizes e documentos sobre políticas públicas de saúde. A revisão integrativa buscou reunir e analisar criticamente a produção científica sobre o tema, oferecendo uma visão atualizada do conhecimento publicado. A abordagem adotada permitiu uma compreensão mais clara dos desafios e das práticas de assistência de enfermagem nesse contexto, além de contribuir para a discussão sobre melhorias no sistema de saúde e no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica.

A busca sistemática foi realizada utilizando as bases de dados mencionadas, abrangendo estudos publicados entre 2020 e 2025. Para garantir a relevância dos estudos, foram empregados os seguintes descritores, selecionados conforme o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): ‘Cuidados de Enfermagem’, ‘Violência de Gênero’, ‘Atenção Primária à Saúde’. As estratégias de busca foram formuladas em língua portuguesa e inglesa, utilizando o operador booleano ‘AND’ para combinar os descritores. Essas combinações foram aplicadas nos títulos e resumos dos artigos selecionados. A busca foi restrita a artigos de revisão, editoriais e textos de opinião, com o intuito de focar nas publicações mais relevantes e acadêmicas.

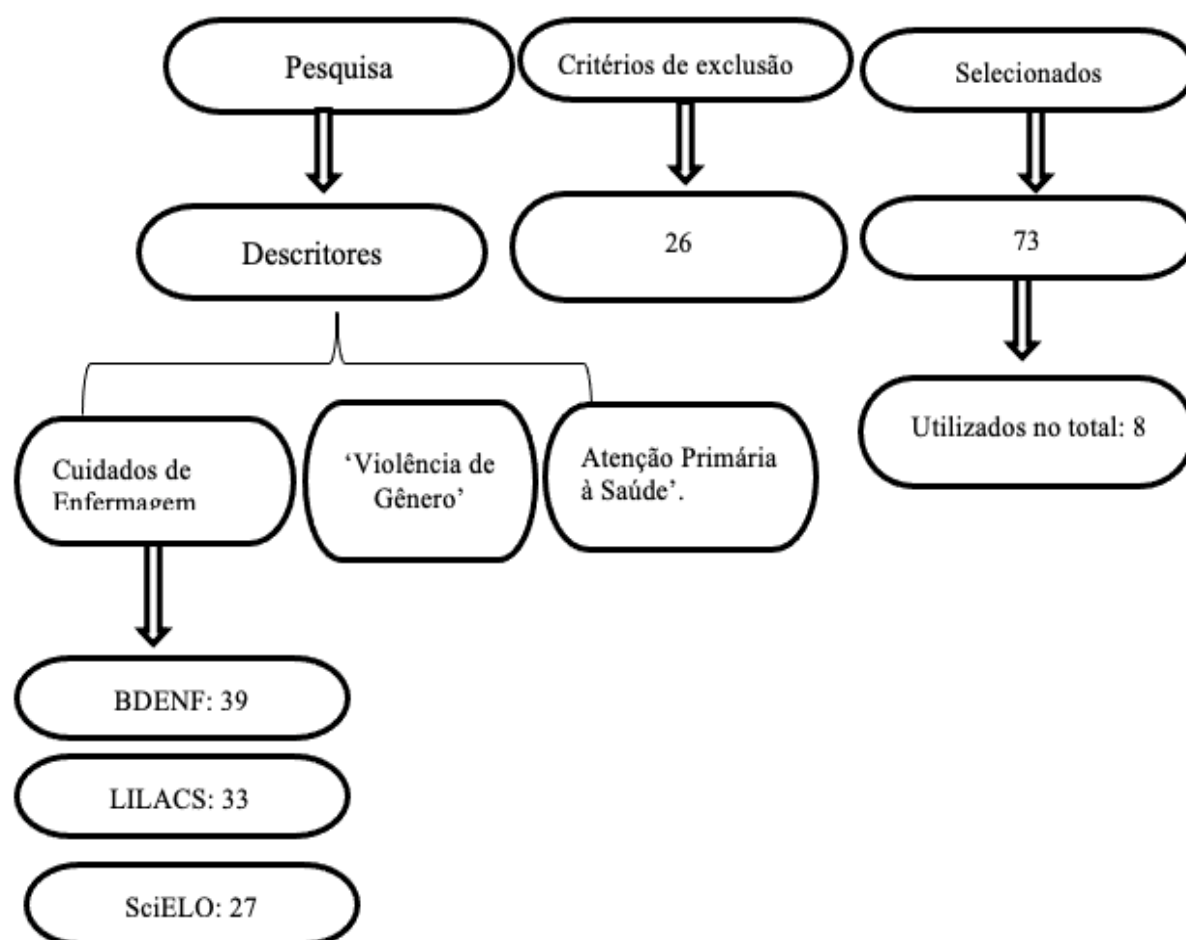
Para a apresentação dos dados, foram elaboradas figuras e tabelas, organizadas em duas seções distintas.

2068

A coleta e organização dos dados foi realizada por meio da abordagem qualitativa. A análise qualitativa se concentrou nos desafios enfrentados na assistência a mulheres vítimas de violência doméstica, assim como na eficácia das políticas públicas de suporte e nas barreiras encontradas para a implementação efetiva desses serviços.

Seguidamente, na figura 1, está ordenado o fluxograma da pesquisa, o qual apresenta a sequência das etapas para a construção dessa revisão de literatura.

Figura 1- Fluxograma metodológico da pesquisa.



AUTORES 2025.

2069

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a pesquisa, foram escolhidos 8 artigos que atenderam aos critérios de inclusão predeterminados na construção desse trabalho, os quais estão dispostos na tabela.

Quadro 1- Resultados da análise

CÓDIGO	AUTOR/ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	OBJETIVO
A1	Gonsalves; Schraiber, 2021.	Intersetorialidade e Atenção Básica à Saúde: a atenção a mulheres em situação de violência	Saúde debate	Analisar a intersetorialidade e Atenção Básica à Saúde na atenção a mulheres em situação de violência.

A2	Oliveira et al., 2020.	Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática	Interface	O presente estudo objetivou uma revisão sistemática da produção bibliográfica que abordasse os obstáculos e facilitadores para o cuidado a mulheres em situação de violência na APS no Brasil.
A3	Barbosa et al., 2022.	Atuação da equipe de enfermagem da atenção primária à saúde frente a violência contra a mulher	Revista Eletrônica Acervo Saúde	Descrever, com base na literatura, a atuação da equipe de enfermagem da atenção primária à saúde frente à violência contra a mulher.
A4	Rodrigues et al., 2024.	Violência doméstica contra as mulheres: vivências dos profissionais da atenção primária a saúde	Texto contexto - enferm	Analisar como os profissionais da Atenção Primária à Saúde vivenciam a violência doméstica contra as mulheres.
A5	Sillva; Ribeiro, 2020.	Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde	Esc. Anna. Nery	Compreender como os enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde identificam a violência contra as mulheres e descrever a assistência de enfermagem prestada a essas mulheres.
A6	Silva et al., 2023.	Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica na atenção básica	Revista Eletrônica Acervo Saúde	Descrever quais condutas são realizadas pelo enfermeiro na Atenção Primária à Saúde no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.
A7	Saraiva et al., 2024.	Atendimento de enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica: desafios e estratégias	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE	Caracterizar os tipos de violência doméstica; Analisar as estratégias para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica; Discutir o panorama da violência doméstica contra a mulher.
A8	Castanha; Lima; Pecoraro, 2022.	Acolhimento de mulheres vítimas de violência na Atenção Básica em Saúde	Revista NUPEM	Compreender como acontece o acolhimento de mulheres vítimas de violência na Atenção Básica em Saúde e todas as implicações decorrentes dessa demanda.

Autores, 2025.

Diversos estudos apontaram que um dos principais obstáculos para o enfrentamento da violência contra a mulher na Atenção Primária à Saúde (APS) é o fato de que os profissionais

da área não a reconhecem como um problema de saúde. A presença da medicalização, do tecnicismo e da tendência a reduzir o sofrimento a questões patológicas, focando em exames e medicações, é destacada e criticada nas pesquisas como um fator que dificulta a visibilidade e o enfrentamento da violência contra a mulher, contribuindo para a resistência em incluí-la no campo da saúde (Gonsalves; Schraiber, 2021).

É importante ressaltar, na presente revisão, o desafio de identificar e abordar os casos que escapam à lógica medicalizada da violência, fenômeno social frequentemente reduzido a patologias do corpo, com a exclusão de sua dimensão sociocultural, geradora de sofrimento e adoecimento. Nessa perspectiva, torna-se invisível a necessidade de uma atuação intersetorial, e a atenção à violência acaba fragmentada em serviços especializados (Oliveira et al., 2020).

Ainda assim, alguns estudos chamam atenção para a necessidade de ampliar o olhar da saúde nas práticas de atendimento. Da mesma forma, parte dos artigos analisados ressaltou a importância de incorporar a teoria de gênero como ferramenta explicativa da violência, adaptando-a ao contexto dos cuidados em saúde. Isso possibilita uma crítica aos estereótipos presentes nas representações dos profissionais sobre as mulheres em situação de violência, uma vez que eles também estão imersos na cultura que produz esses casos. O maior domínio dessa teoria contribui para uma visão crítica fundamentada na não culpabilização da mulher e promove uma escuta qualificada, voltada à defesa dos direitos sociais e à promoção da saúde (Barbosa et al., 2022).

2071

Diante de casos de violência contra a mulher, é possível afirmar que o conhecimento e o preparo dos profissionais de saúde, especialmente do enfermeiro, são fundamentais, sobretudo no contexto da APS, onde geralmente há um contato mais próximo com a comunidade. Nessa perspectiva, para que o atendimento oferecido esteja alinhado ao princípio da integralidade, é essencial que o profissional compreenda os sentimentos e emoções vivenciados por essas mulheres, como o medo e a submissão, auxiliando-as no enfrentamento e superação da violência (Rodrigues et al., 2024).

Para a identificação dos casos, algumas ações são de grande relevância, como a anamnese, o exame físico e a escuta ativa. Assim, o enfermeiro assume uma responsabilidade significativa no cuidado a mulheres em situação de violência. Observa-se que muitas usuárias não procuram os serviços de saúde com o objetivo de relatar a violência sofrida, mas sim em busca de outros tipos de atendimento. Por isso, é imprescindível que o enfermeiro esteja capacitado para reconhecer indícios que possam sugerir a ocorrência de violência,

demonstrando sensibilidade e atenção diante de sinais que nem sempre estão diretamente associados a esse tipo de situação (Sillva; Ribeiro, 2020).

Diante disso, a APS se destaca como um dos espaços mais procurados por essas mulheres para tratar de questões diversas. Quando, nesses atendimentos, elas se sentem acolhidas e em segurança, podem acabar revelando situações de violência. Nesse sentido, o acolhimento realizado pelo enfermeiro representa uma oportunidade valiosa para ouvir relatos e queixas, permitindo que as mulheres expressem suas angústias e preocupações. A escuta atenta torna-se, então, um elemento facilitador para o reconhecimento da violência doméstica. Por isso, é fundamental que o profissional esteja preparado para estabelecer uma relação de cuidado baseada na confiança (Silva et al., 2023).

Dessa forma, uma das estratégias utilizadas para construir esse vínculo é a visita domiciliar, que reforça o acolhimento como proposta para melhorar a relação entre enfermeiros e usuárias em situação de violência, a partir da escuta qualificada, do reconhecimento de suas demandas e da busca por soluções possíveis. Assim, é essencial que o tema da violência seja abordado desde o primeiro atendimento nos serviços de saúde, a fim de identificar mulheres que vivenciam situações de conflito que possam gerar violência (Saraiva et al., 2024).

Com isso, a APS foi apontada como um espaço estratégico para dar visibilidade à violência doméstica contra a mulher (VDM), oferecendo o acolhimento inicial e realizando os encaminhamentos necessários. Princípios como a integralidade, a compreensão da saúde como direito, as visitas domiciliares, o conceito de acolhimento e a elaboração do Projeto Terapêutico Singular foram destacados como facilitadores nesse processo (Castanha; Lima; Pecoraro, 2022).

Por outro lado, observou-se uma heterogeneidade na formação dos profissionais, tanto na graduação quanto na educação em serviço, o que compromete a visibilidade e o enfrentamento adequado da VDM. Ao reconhecerem a carência de conhecimento e reflexão sobre o tema, muitos estudos sugerem ações de caráter educativo, frequentemente descritas como “treinamentos” ou “capacitações”, que se limitam à transmissão de informações técnicas, como se isso resolvesse automaticamente a questão (Gonsalves; Schraiber, 2021).

O foco dos estudos nas opiniões e crenças dos trabalhadores de saúde, que frequentemente expressam demanda por mais capacitações, pode ter influenciado esse resultado. Uma revisão internacional sobre a efetividade de ações educativas direcionadas a profissionais de saúde demonstrou que treinamentos podem alterar a percepção sobre o

problema, mas pouco contribuem para mudanças concretas nas atitudes durante o atendimento (Oliveira et al., 2020).

Além disso, muitos dos obstáculos identificados pelos estudos, como falta de tempo, medo, dificuldades no trabalho em equipe e ausência de articulação intersetorial, estão relacionados à organização cotidiana do trabalho, e não são superados apenas por meio de ações educativas (Barbosa et al., 2022).

As entrevistas com gestores foram escassas, e não se identificaram estudos voltados à implementação das diversas políticas públicas federais já existentes, que foram pouco mencionadas. Embora tais políticas não sejam específicas da APS, elas definem prioridades e reconhecem a saúde como componente da rede de proteção. Questões como a gestão por organizações sociais, o financiamento, as metas de produtividade e a avaliação dos serviços foram quase ausentes nos estudos, apesar de serem fundamentais para uma resposta efetiva à violência doméstica no âmbito do sistema de saúde.

Embora o tema da intersetorialidade tenha aparecido nas pesquisas, pouco se investigou sobre sua implementação prática. Observou-se um baixo reconhecimento da rede de apoio e grande desconfiança entre os setores. Em muitos casos, a articulação intersetorial foi tratada como responsabilidade individual de profissionais, equipes ou serviços, sem ser compreendida como um compromisso também das instâncias de gestão. Assim, os princípios do SUS e o potencial da APS encontram aqui um limite importante, cuja superação ainda carece de maior debate.

Também foi identificada uma carência generalizada de protocolos e fluxos de trabalho. Apesar da escassez de evidências científicas sobre intervenções efetivas no contexto da APS, a literatura internacional tende a convergir quanto ao papel dessa instância na identificação, no acolhimento sem julgamento e no encaminhamento das vítimas para a rede intersetorial. Os princípios do SUS e da APS, nesse sentido, alinham-se com as diretrizes internacionais mais recentes.

CONCLUSÃO

A APS apresenta um grande potencial para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica. Os profissionais que atuam nesse nível de atenção já se deparam com tais casos e reconhecem a violência como uma questão de saúde pública. No entanto, persistem obstáculos relevantes, tanto estruturais quanto organizacionais. Entre eles, destaca-se a

tendência de reduzir as necessidades de saúde a aspectos meramente patológicos, além de limitações como a escassez de tempo, ausência de protocolos bem definidos, falta de segurança, carência de fluxos claros, insuficiência de treinamentos, fragilidade do trabalho em equipe e desconhecimento ou pouca articulação com a rede intersetorial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Marques de et al. Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 1, 2023.

ALCANTARA, Patrícia Pereira Tavares de et al. Cuidado integral às mulheres vítimas de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 9, p. 299-309, 2024.

ANDRADE, Laís Melo et al. A construção do cuidado na assistência às mulheres em situação de violência doméstica: perspectivas de trabalhadores e trabalhadoras da Estratégia Saúde da Família. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, 2024.

BARBOSA, Maria Clara Rodrigues et al. Atuação da equipe de enfermagem da atenção primária à saúde frente a violência contra a mulher. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 5, p. e10281-e10281, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Primária e Atenção Especializada: Conheça os níveis de assistência do maior sistema público de saúde do mundo**. Gov.br, 2024.

2074

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022**. Gov.br, 2024.

BUENO, Samira et al. **O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 136-145. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

CASTANHA, Liliane; DE LIMA, Maria Regina Tusky; PECORARO, Tatiane. Acolhimento de mulheres vítimas de violência na Atenção Básica em Saúde. **Revista NUPEM**, v. 14, n. 31, p. 248-262, 2022.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190164, 2020.

FERREIRA, Lorena et al. Educação permanente em saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 120, p. 223-239, mar. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 22 mar. 2025. p. 135.

GONSALVES, Emmanuela; SCHRAIBER, Lilia Blima. Intersectorialidade e Atenção Básica à Saúde: a atenção a mulheres em situação de violência. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 131, p. 958-969, 2021.

MACDOWELL SANTOS, Cecília et al. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 1-22, jan. 2005.

OLIVEIRA, Julia Costa de; et al. Processos formativos para o enfrentamento das violências contra as mulheres no setor saúde: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 9, 2024.

OPAS. Violência contra as mulheres. Gov.br. 2024. **Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher**. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde, 2015. Disponível em: <<https://www.paho.org>>.

RODRIGUES, Paula Sales et al. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: VIVÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 33, p. e20230403, 2024.

SÁ, Letícia Coutinho de Sousa. **Assistência de Enfermagem às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Atenção Básica em Palmas-TO: Revisão de Literatura**. 2019. [Dissertação/Trabalho de conclusão de curso] – Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), Palmas, TO, 2019.

2075

SARAIVA, Samara Rodrigues et al. ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 12, p. 748-763, 2024.

SILVA, Rayanna Cristine Felix et al. Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica na atenção básica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 11, p. e14120-e14120, 2023.

SILVA, Viviane Graciele da; RIBEIRO, Patrícia Mônica. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 4, p. e20190371, 2020.

STANGE FRANCISCO, Esther et al. Assistência de enfermagem a mulheres vítimas de violência doméstica na atenção primária: reconhecimento, acolhimento e manejo. **Scientific Electronic Archives**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2024.